

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Fogo no parquinho

Ao manter a nova taxação das bets no relatório para o projeto da Lei Antifacção, o deputado Guilherme Derrite (PP-SP) desagradou a cúpula do partido na Casa. Parlamentares contam que o líder do PP, Dr. Luizinho (RJ), ficou furioso. A ordem era tirar do texto a taxação, mas o deputado preferiu não bancar a retirada das bets.

Pressão não faltou

Em almoço na CasaParlamento, do think tank Esfera, empresários do setor se uniram, pela primeira vez, para tratar dessa taxação. Eles debateram um estudo da TMC, que alerta para o mercado ilegal das apostas no mundo digital e fizeram, inclusive, apelos para que a Câmara trocasse a taxação por novas regras relacionadas aos meios de pagamentos, capazes de impedir que o mercado ilegal possa receber ou pagar por Pix, por exemplo.

Panela de pressão

O que ajudou a manter a taxação e, de quebra, construir um acordo para a votação do projeto antifacção, foi o prazo da Medida Provisória do Redata — que trata do regime de tributação dos datacenters. A MP caduca hoje e, para que outras empresas possam aderir ao regime, é necessário votar a proposta do governo para manter o sistema ativo. A Comissão especial da MP do Redata sequer foi instalada.

Queridos, encolhi o partido

A expectativa, na semana que vem, quando se abre a janela para troca de agremiação partidária, é que algo entre 10 e 12 deputados deixem o União Brasil rumo ao Podemos. São aqueles insatisfeitos com a federação União Progressista, dada como certa pelo presidente do PP, Ciro Nogueira (PI).

STF e o caso Marielle

O julgamento dos réus do caso Marielle, neste momento em que o Supremo Tribunal Federal se vê sob desgaste, não vem por mera coincidência. A decisão de marcar esse processo para apreciação em fevereiro faz parte do arco de medidas que o Tribunal põe sobre a mesa para mostrar que a lei atinge a todos. As apostas são as de que os irmãos Brazão, Domingos e Chiquinho, acusados de serem os mandantes do crime, dificilmente sairão

totalmente absolvidos do julgamento de hoje.

E vem mais/ Paralelamente a esse caso que chocou o país, vem a deliberação do ministro Gilmar Mendes sobre os penduricalhos do Poder Judiciário. A toada, agora, é mostrar que a Corte não deixará de lado suas mazelas. Em breve, outros casos polêmicos virão à baila. É hora de mostrar que o Supremo não teme avaliar as condutas do próprio Judiciário.



CURTIDAS

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



Manteve, mas.../ Para evitar a saída da deputada Caroline de Toni (**foto**), do PL-SC, a direção do partido resolveu manter a candidatura dela ao Senado pela legenda em parceria com o ex-vereador Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro. O aval veio do presidente Jair Bolsonaro e, hoje, após a reunião do clã — Michelle Bolsonaro e Flávio Bolsonaro — com a deputada e Valdemar da Costa Neto, o PL espera que Caroline confirme a permanência na agremiação.

... a insegurança impera/ Com esse acordo, Integrantes do PL ouvidos pela coluna afirmam que o senador Esperidião Amin (PP-SC) vai ter que resolver sua candidatura junto do governador Jorginho Mello. Só tem um probleminha: o PP e o PL se acertarem lá na frente, espiando um dos senadores do PL da chapa. Nesse caso, quem não tem história política em Santa Catarina é o ex-vereador do Rio de Janeiro.

Um tema de todos/ O Correio Braziliense realiza, amanhã, o *CB.Debate* "O Brasil pelas Mulheres: Proteção a todo tempo". A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) será uma das palestrantes, ao lado de representantes do governo.

A hora deles/ Depois de Ricardo Nunes fazer uma palestra-almoço em São Paulo, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, fará o mesmo em um encontro empresarial do Lide-RJ, na próxima terça-feira, no Hotel Fairmont, em Copacabana.

JUSTIÇA

Desembargador na mira do CNJ

Conselho ouvirá duas pessoas que acusam de abuso sexual magistrado que absolveu homem de 35 anos por estupro de menina de 12. Sentença provocou reação no Brasil e no exterior

» VANILSON OLIVEIRA

O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, informou, ontem, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está apurando denúncias de abuso sexual atribuídas ao desembargador Magid Nauef Láuar, relator do processo que resultou na absolvição de um homem de 35 anos acusado de estupro de uma menina de 12 anos, em Minas Gerais. Entidades internacionais se manifestaram, afirmando que existe uma "profunda preocupação" com a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Segundo o corregedor, o CNJ deverá ouvir, ao menos, duas pessoas que afirmam ter sido vítimas do magistrado. As denúncias vieram à tona após a decisão da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que, por maioria, absolveu o réu acusado de manter relações sexuais com a menina. A mãe dela, que sabia da relação, também foi absolvida. Ambos haviam sido condenados em primeira instância.

No julgamento, o colegiado afastou a caracterização do crime de estupro de vulnerável, entendimento que contraria a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual, o consentimento da vítima ou a existência de eventual relacionamento não afastam a tipificação do crime.

No processo, assinado pelo desembargador Magid Nauef Láuar,

um dos trechos da decisão foi escrito com o uso de inteligência artificial (IA). Na página 21, é possível ler o comando (prompt) dado à IA para que ela corrija o documento. "Agora, melhore a exposição e fundamentação deste parágrafo", respondeu a IA. O desembargador é aposentado por invalidez e recebe, desde 2017, aposentadoria pela Universidade Federal de Ouro Preto, ao mesmo tempo em que continua exercendo funções na magistratura.

Acusações

Após a repercussão da absolvição do homem de 35 anos, Saulo Láuar, sobrinho do desembargador, usou a rede social Instagram para denunciar que foi vítima de uma tentativa de abuso quando tinha 14 anos. "Eu consegui fugir, por isso não aconteceu, mas guardei essa dor por todos esses anos. Quando vi a história da menina, a ferida se abriu", postou ele.

Nos comentários da postagem, uma mulher também afirmou ter sido vítima do desembargador. "Na época, eu e minha irmã trabalhávamos para a família dele", escreveu. O Correio entrou em contato com Saulo Láuar, mas não obteve retorno.

Além da atuação do Conselho Nacional de Justiça, o caso também passou a ser acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A deputada estadual Bella Gonçalves (PSol)

fez uma representação ao TJ-MG solicitando o afastamento do desembargador. No documento, a parlamentar afirma que chegou ao gabinete um "fato novo e de extrema gravidade".

ONU preocupada

Em nota conjunta, divulgada ontem, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e a ONU Mulheres manifestaram "profunda preocupação" com a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. As entidades ressaltam que o marco legal brasileiro e os compromissos internacionais assumidos pelo país são claros ao estabelecer que qualquer relação sexual com menores de 14 anos configura estupro de vulnerável. "O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal e os compromissos internacionais assinados pelo Brasil são indiscutíveis: qualquer relação sexual com menores de 14 anos é estupro de vulnerável. Não importa a situação nem o aval da família nem um suposto consentimento", afirmam.

A nota diz, ainda, que crianças e adolescentes abaixo dos 14 anos não possuem desenvolvimento cognitivo nem respaldo legal para consentir com relações sexuais e lembra que, abaixo dos 16 anos, não podem contrair casamento ou praticar atos da vida civil. "Ou seja: criança nunca é esposa. É vítima", diz o texto.



Após a sentença que absolveu homem que estuprou menina de 12 anos, Magid Láuar foi acusado de abuso sexual



O ECA, a Constituição e os compromissos internacionais assinados pelo Brasil são indiscutíveis: qualquer relação sexual com menores de 14 anos é estupro de vulnerável. Não importa a situação nem o aval da família nem um suposto consentimento"

Trecho da nota conjunta das agências da ONU

Os organismos alertam que a violência sexual e o casamento precoce deixam marcas profundas e permanentes, afetando o desenvolvimento físico, emocional e social de meninas e meninos ao longo de toda a vida. As entidades também destacam que o caso não é isolado e citam as altas taxas de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.



Lavinia de Melo Borba
Escola Classe 02, Riacho Fundo 1

Educação

Este GDF já investiu mais de R\$ 260 milhões no Cartão Material Escolar.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelarias credenciadas.

 **GDF**

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.